

LÍNGUA PORTUGUESA

1.A frase "Normalmente, mandamos também uma lista com qualquer suplimento extra que necessitemos." apresenta

- a) erro de grafia.
- b) erro de concordância.
- c) erro quanto à acentuação.
- d) total conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

2.Selecione a alternativa em que todas as palavras estejam grafadas em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Se você é do tipo sensível, pode ser que tenha o hábito de finjir ser mais político e menos cauteloso.
- b) Os únicos a terem sidos contaminados foram um enfermeiro que vivia com seus pacientes e um monje zeloso.
- c) Nenhum dos dois espessou verbalmente o que pensavam.
- d) Houve abominação generalizada quando seis mil judeus do reino búlgaro pré-guerra foram listados para deportação.

3.Selecione a alternativa correta no que se refere à ortografia.

- a) Havia lágrimas em seus olhos quando ele encostou a camionete na passagem estreita.
- b) A golpes de espada conseguiu chegar ao palácio, atacou o inimigo e combateu como um desatinado.
- c) Não conseguiram reagir com rapides suficiente para isolar as forças alemãs.
- d) Seu oficial comandante expressou interece em se unir à oposição militar.

4.De acordo com as regras de acentuação da Norma Padrão da Língua Portuguesa, selecione a alternativa correta.

- a) Acentuam-se os verbos pôr e têm (plural).
- b) Devem ser acentuados os oxítonos terminados em "i".
- c) Não devem ser acentuados os monossílabos terminados em "a".
- d) Não devem ser acentuados os monossílabos terminados em "os".

5.A oração "Esperamos apenas que esse dom tão raro não seja distribuído pelo arbítrio humano, mas abençoë, por acidente do destino, alguns indivíduos de sorte." apresenta um ERRO de

- a) concordância verbal.
- b) grafia de palavra.
- c) acentuação.
- d) concordância nominal.

6. Selecione a alternativa em que o verbo em destaque na frase abaixo esteja reescrito de forma correta no pretérito imperfeito do indicativo. / Isso o PERTURBARIA tremendamente.

- a) perturba.
- b) perturbou.
- c) perturbava.
- d) perturbará.

7. Selecione a alternativa em que o termo destacado esteja no mesmo tempo verbal que o destaque abaixo. / Por quanto tempo não EXISTIREI mais?

- a) Eles CASARÃO até o fim do ano.
- b) Todos COMEMORARAM batendo nas carteiras e gritando.
- c) A névoa se DESPRENDIA em massas brancas.
- d) A ditadura PROIBIRA as bandeiras estaduais.

8. Sobre a oração "Não havia provas bastantes para alegar inocência.", é correto afirmar que

- a) está incorreta, pois deveria ser "Não haviam provas bastantes para alegar inocência."
- b) está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.
- c) está incorreta, pois deveria ser "Não havia provas bastante para alegar inocência."
- d) está incorreta, pois deveria ser "Não havia prova bastantes para alegar inocência."

9. Selecione a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas abaixo. / Claudio, que também é advogado e membro da instituição, _____ que ele é corrupto. Diante de tal feito, a multidão _____ ameaças.

- a) afirma - verbalizava
- b) afirma - verbalizavam
- c) afirmam - verbalizavam
- d) afirmam - verbalizava

10. Sobre a oração "Não podem haver rasuras neste documento.", selecione a alternativa correta.

- a) Apresenta erro de concordância verbal; o correto é "Não pode haver rasuras neste documento".
- b) Apresenta erro de concordância verbal; o correto é "Não podem haverem rasuras neste documento".
- c) Apresenta erro de ortografia o correto é "Não podem haver razuras neste documento".
- d) Está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A respeito dos efeitos da constitucionalidade e inconstitucionalidade supervenientes, assinale a alternativa correta considerando a visão majoritária da doutrina sobre o tema:

- a) O direito brasileiro não admite a figura da constitucionalidade superveniente, uma vez que o vício de inconstitucionalidade não se convalida.
- b) O direito brasileiro entende ser possível a correção de um vício de inconstitucionalidade, desde que por meio de emenda constitucional.
- c) Observa-se o fenômeno da recepção sempre que for analisada a compatibilidade de uma norma com uma emenda constitucional.
- d) As normas anteriores à Constituição de 1988 que se mostrarem com ela incompatíveis sofrem do vício de inconstitucionalidade superveniente, o que pode ser reconhecido inclusive de forma incidental em processo judicial.

12. A respeito dos momentos do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se o controle prévio de constitucionalidade pelos três poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo.
- b) É possível que um parlamentar impetre mandado de segurança para discutir a constitucionalidade de projeto de lei que seja manifestamente ofensivo a cláusula pétrea.
- c) Para evitar a interferência indevida entre os poderes, o Supremo Tribunal Federal não aceita o controle jurisdicional prévio de propostas de emenda constitucional.
- d) O controle repressivo de constitucionalidade é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, não se concentrando, contudo, exclusivamente no Supremo Tribunal Federal.

13. A respeito da cláusula de reserva de plenário, assinale a alternativa correta:

- a) A cláusula de reserva de plenário deve ser observada mesmo nos casos em que o Tribunal mantiver a constitucionalidade de ato normativo, bastando a mera discussão a respeito da constitucionalidade.
- b) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- c) A cláusula de reserva de plenário se aplica para decisões em sede de medida cautelar.
- d) Deve ser observada a cláusula de reserva de plenário quando se discutir a compatibilidade de normas pré-constitucionais com a Constituição de 1988.

14. Assinale a alternativa que exemplifica um direito de segunda dimensão, marcante em documentos como a Constituição do México de 1917 e a Constituição de Weimar, da Alemanha, em 1919:

- a) Direito ao voto;
- b) Direito à liberdade religiosa;
- c) Direito ao meio ambiente;
- d) Direitos culturais.

15. A respeito da teoria a respeito das inconstitucionalidades, assinale a alternativa correta:

- a) "Inconstitucionalidade progressiva" é um termo utilizado pela doutrina para classificar normas que são consideradas inconstitucionais, contudo, podem progredir para uma situação de constitucionalidade superveniente por conta de alterações sociojurídicas posteriores.
- b) Conceitua-se como "inconstitucionalidade reflexa" aquela na qual há um ato interposto entre a Constituição Federal e o objeto jurídico impugnado, como, por exemplo, um decreto regulamentar do Poder Executivo.
- c) Utiliza-se a expressão "inconstitucionalidade por arrastamento" sempre que o pedido de uma ação direta de inconstitucionalidade englobe mais de uma norma da mesma legislação.
- d) Inconstitucionalidade superveniente é um fenômeno no qual a norma deixa de ser constitucional a partir de mudanças no cenário sociopolítico do país, sendo amplamente aceita pelo Supremo Tribunal Federal.

16. Sobre as ações do controle abstrato de constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta considerando a legislação:

- a) Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão é indispensável que se aponte a omissão total da legislação, não sendo cabível para o caso de omissão parcial.
- b) É admissível a participação de "amici curiae" na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) Não cabe nenhum recurso da decisão que julga ação direta de inconstitucionalidade, salvo eventual oposição de Embargos de Declaração.
- d) Julgada improcedente a ação declaratória de constitucionalidade, a lei objeto da ação será declarada inconstitucional, diante da natureza ambivalente da ação declaratória de constitucionalidade e da ação direta de inconstitucionalidade.

17. "(...) a ideologia populista caracterizar-se-ia por uma pretensão de representação exclusiva – de fundamentação moral: populistas reivindicariam para si serem os únicos a terem reconhecido a (una e) vera vontade popular, sendo, por isso, também os únicos verdadeiros titulares do direito de falar em nome do povo, considerado em sua totalidade." (Vobkühle, Andreas. IDP - Linha Direito Comparado: Defesa do Estado Constitucional Democrático em Tempos de Populismo (p. 18). Saraiva. Edição do Kindle.)

Considerando o excerto acima, verifica-se que atualmente, no Brasil, há uma latente polarização ideológica, sendo que aqueles que ocupam o Poder – em qualquer esfera federativa - fazem uso indiscriminado de ferramentas institucionais e não institucionais para disseminar notícias inverídicas, chamadas de “fake news”, com único objetivo de manter apoio popular irrestrito. Assim, considerando o direito fundamental à liberdade de expressão e a regulação constitucional da comunicação social assinale a alternativa correta:

- a) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é exclusiva de brasileiros natos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- b) A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, sendo vedada censura de natureza política, ideológica e artística.
- c) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade, a fim de evitar divulgação de notícias falsas.
- d) Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, sendo admissível o encerramento da concessão antes do prazo, independentemente de decisão judicial, sendo ato discricionário do Poder outorgante.

18. Sobre o regime constitucional das Defensorias Públicas e as decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, não há ofensa ao modelo público de assistência judiciária prestado pela Defensoria Pública do Estado e da União, os serviços de assistência judiciária criadas pelos Municípios, ante à competência legislativas suplementar de assistência judiciária destinada a tais entes federativos.
- b) Os Defensores Públicos não são obrigados a manterem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, na medida em que a Defensoria Pública funciona como verdadeiro “ombudsman” dos direitos humanos e guardião dos vulneráveis, agindo como agentes de transformação social, sendo atividade diversa da advocacia privada e da advocacia pública.
- c) O modelo público de assistência jurídica integral e gratuita, a ser prestado por uma instituição de Estado específica, enquanto verdadeira garantia instrumental do acesso à justiça foi instituído constitucionalmente pela primeira vez, em 1988, com a instituição das Defensorias Públicas.
- d) Às Defensorias Públicas do Estado e da União são reconhecidas, constitucionalmente, autonomia administrativa, funcional e financeira, desde a data da promulgação da Constituição da República de 1988.

19. Sobre a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de uma teoria desenvolvida para fundamentar o exercício direito fundamental à isonomia nas relações de direito público, em especial, para zelar pela impessoalidade e moralidade administrativa.

- b) Trata-se de uma teoria desenvolvida para efetivação da legalidade penal, em especial, para evitar que crimes sejam criados senão pela aprovação de lei pelo Congresso Nacional, evitando o ativismo judicial.
- c) Trata-se de uma teoria desenvolvida para justificar a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. No entanto, no Brasil, não se vislumbra a aplicação da referida teoria, nem seu reconhecimento pelos Tribunais brasileiros.
- d) Trata-se de uma teoria voltada à aplicação dos direitos fundamentais na relação privada. No Brasil, tal teoria vem sendo aplicada, inclusive, em decisões do Supremo Tribunal Federal como, por exemplo, o reconhecimento da constitucionalidade da união homoafetiva.

20. Luísa está inscrita em programa habitacional do Município Y. Entretanto, ao comparecer na Secretaria de Habitação para ter ciência da lista de inscritos, a informação lhe foi negada. Diante disso, Luísa busca atendimento na Defensoria Pública revelando a negativa do pedido de fornecimento da lista. O Defensor Público responsável pelo atendimento expede ofício à Secretaria de Habitação requisitando o fornecimento da lista de inscrição na habitação, inclusive, para que seja possível prestar a devida orientação jurídica à usuária, bem como para dar publicidade aos programas. Todavia, em resposta, o Secretário de Habitação negou o pedido de informações da Defensoria Pública, sob o argumento de que à instituição não é possível fornecer informação ante ao caráter sigiloso da lista. Diante disso, assinale a alternativa correta que corresponde à medida a ser adotada no caso:

- a) Deveria o Defensor Público ingressar com “habeas data” em nome da Defensoria Pública, a fim de obter a referida lista, na medida em que se está diante de uma informação em banco de dados de entidade governamental de caráter público.
- b) Deveria o Defensor Público ingressar com um mandado de segurança, haja vista da violação do seu direito líquido e certo ao recebimento de informações, no exercício do poder de requisição, sendo este uma prerrogativa legal da Defensoria Pública.
- c) Deveria o Defensor Público orientar Luísa a buscar atendimento no Ministério Público para fazer uma denúncia de improbidade administrativa do Secretário de Habitação, pois a Defensoria Pública nada poderia fazer.
- d) Deveria o Defensor Público ingressar com um mandado de segurança individual em favor de Luísa, ante à violação do seu direito líquido e certo ao recebimento de certidões, com base no direito de petição.

DIREITO CIVIL

21. Levi, maior de idade, precisa se mudar de cidade, pois acabara de passar em um concurso público para assunção de cargo em outro Estado. Decide vender seu único imóvel a Sebastião, todavia, por não possuir

experiência negocial, vende-o por preço excessivamente abaixo do valor de mercado. Neste caso, o negócio pode ser anulado por:

- a) Lesão.
- b) Estado de perigo.
- c) Coação.
- d) Erro.

22.É exemplo de bem ou obrigação excluído da comunhão parcial de bens:

- a) O prêmio de loteria ganho por um dos cônjuges durante o casamento.
- b) Os frutos percebidos na constância do casamento que tenham por origem bem particular de um dos cônjuges adquirido antes do casamento.
- c) O automóvel adquirido por um dos cônjuges para seu trabalho particular como motorista profissional.
- d) As obrigações provenientes de atos ilícitos quando houver reversão em proveito do casal.

23.Não constitui causa de cessação da incapacidade para os menores, segundo o Código Civil:

- a) O casamento.
- b) A existência de relação de emprego, desde que, em função desta, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) A colação de grau em curso de ensino superior.
- d) O alistamento militar.

24.Sobre o direito do consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) A utilização de score de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, exige prévio consentimento do consumidor, que terá o direito de negar a utilização de seus dados ou com ela concordar, garantindo, em qualquer caso, o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.
- b) As instituições financeiras, desde que demonstrada sua culpa, respondem pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- c) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos contratos de plano de saúde, que se encontram regidos por normas de direito civil e por regulamentação própria da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

25.Quanto ao reconhecimento dos filhos, é correto afirmar que:

- a) Os filhos havidos no casamento precedem aos havidos fora dele na ordem de vocação hereditária.
- b) Para os filhos nascidos duzentos dias após o início da convivência conjugal, é presumível a paternidade, exceto em caso de adultério confessado pela mulher.
- c) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável.
- d) O reconhecimento dos filhos maiores independe do consentimento destes.

26.É causa que suspende a prescrição:

- a) O poder familiar, entre ascendentes e descendentes.
- b) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação.
- c) O prazo vencido.
- d) Qualquer ato inequívoco que importe reconhecimento do direito pelo credor.

27.O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz a(s) seguintes previsão(ões):

- a) O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.
- b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.
- c) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- d) Todas as alternativas anteriores

28.Conforme estabelecido no Código Civil, acerca da solidariedade é possível dizer que:

- a) O pagamento integralmente feito a apenas um dos credores solidários não extingue a dívida quanto aos demais.
- b) Se a dívida solidária interessar exclusivamente a um dos devedores, responderá este por toda ela para com aquele que pagar.
- c) A conversão da prestação em perdas e danos extingue a solidariedade.
- d) Os demais devedores solidários não responderão pelos juros da mora, se a ação for proposta somente contra um.

29.Sobre os contratos em geral, é INCORRETO afirmar que:

- a) As partes negociantes poderão estabelecer parâmetros subjetivos para a interpretação das cláusulas negociais.
- b) É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- c) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- d) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deverá adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

30. Constitui súmula vinculante aprovada pelo C. STF o seguinte enunciado:

- a) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- b) É vedada a prisão domiciliar do devedor de alimentos enquanto durar a pandemia de Covid-19.
- c) Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2021 os efeitos das decisões judiciais que imponham a desocupação ou a remoção forçada de imóvel privado.
- d) O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular, por se tratar de direito personalíssimo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Não é hipótese de litigância de má-fé, de acordo com o CPC:

- a) provocar incidente manifestamente infundado.
- b) opor resistência injustificada ao andamento do processo.
- c) usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- d) deduzir pretensão contra jurisprudência dominante.

32. Nas ações coletivas que tratem de direitos difusos, a sentença fará coisa julgada:

- a) erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.
- b) ultra partes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.
- c) erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.
- d) erga omnes, independente do resultado da demanda.

33. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) interesses ou direitos individuais homogêneos, são os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- b) interesses ou direitos difusos, são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.
- d) interesses ou direitos difusos, são os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

34.Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos:

- a) se o executado não pagar os alimentos, pode o juiz decretar-lhe a prisão pelo prazo máximo de 1 (um) mês.
- b) o débito alimentar que autoriza a prisão do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução, além das que se vencerem no curso do processo.
- c) a prisão do alimentante será cumprida, em qualquer hipótese, em regime semiaberto.
- d) caso o cumprimento de sentença seja ajuizado pelo rito da prisão, não será possível o protesto da decisão judicial condenatória..

35.Da sentença civil, caberá o recurso:

- a) apelação.
- b) agravo de instrumento.
- c) recurso especial.
- d) agravo retido.

36.Na forma da lei, é certo afirmar que incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

- a) Inexistência ou nulidade da citação.
- b) Incompetência absoluta apenas.
- c) Os fatos impeditivos e modificativos dos direitos do autor.
- d) Os pedidos de reconvenção.

37.Na esteira do que dispõe o artigo 374, do Código de Processo Civil, dependem de prova os fatos:

- a) Notórios.
- b) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- c) Admitidos no processo como controversos.
- d) Em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

38.Na forma do que consta no CPC/2015, exceto nas ações de estado e de família, a parte não é obrigada a depor sobre fatos:

- a) Acerca de ilícitos civis que lhe forem imputados.
- b) A cujo respeito, por estado ou profissão, não deva guardar sigilo.
- c) Acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge, de seu companheiro ou pessoas de seu convívio próximo.
- d) Que coloquem em perigo a vida do depoente ou de seu cônjuge, de seu companheiro ou de parente em grau sucessível.

39. Acerca da tutela de urgência é incorreto afirmar:

- a) Será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela de urgência pode ser concedida somente após justificação prévia.
- c) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- d) A caução pode ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

40. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

- a) Ficar caracterizado o abuso do direito de recurso.
- b) As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas testemunhalmente.
- c) Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- d) A petição inicial for instruída com prova documental que indique indícios do direito alegado.

DIREITO PENAL

41. João Pedro, pessoa não habilitada, precisava de uma CNH. Como não tinha tempo hábil para se submeter ao processo legal para tirar sua habilitação, dirigiu-se à Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, e comprou de um desconhecido um documento. Meses depois, foi abordado pela polícia e apresentou a CNH falsa. Os policiais rapidamente perceberam a falsidade, porque o papel em que estava impresso não era original, o que foi confirmado pela perícia. Sobre a conduta dele é correto afirmar:

- a) Trata-se de fato atípico, eis que a falsificação era grosseira.
- b) Deve responder pelo crime de falsificação de documento particular, porque constatado que o espelho do documento não era verdadeiro.
- c) Deve responder por falsificação de documento público, pois foi o responsável por fazer inserir informações diversas da que deveria constar no documento.
- d) O crime de uso de documento público nunca absorve o crime de falsificação, então ele deve responder pelos delitos de uso e de falsificação de documento público em concurso material de crimes.

42. Sobre a lei n.º 11.343/2006 é correto afirmar:

- a) Traz um rol taxativo de substâncias consideradas drogas.
- b) Traz um rol exemplificativo de substâncias consideradas drogas.

- c) É norma penal em branco, que depende de outra para a definição das substâncias que são drogas.
- d) Não traz qualquer definição de droga.

43. Sobre o porte de drogas para consumo pessoal é correto afirmar que:

- a) O STJ sumulou recentemente que a condenação por porte de drogas para consumo pessoal caracteriza reincidência.
- b) A Lei nº 11.343/2006 inovou o tratamento da matéria, pois descriminalizou a conduta.
- c) É punido com prisão simples, de 01 mês a 01 ano.
- d) É punido com advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

44. Não se equipara ao crime de tráfico a conduta de:

- a) importar, exportar, remeter, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, fornecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo ou guardar, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas.
- b) semear, cultivar ou fazer a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;
- c) utilizar local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.
- d) Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de tráfico.

45. Maria Joaquina tem irmão preso por roubo. Ele lhe pediu que ingressasse com drogas escondidas no sapato, para que pudesse pagar uma dívida que tinha dentro do presídio. Ela aceitou o pedido, mas foi presa durante a revista. Após a instrução, foi condenada ao cumprimento de 05 anos de reclusão, bem como pagamento de 500 dias-multa, no valor mínimo legal. Sobre os pedidos possíveis em uma apelação, não está correto afirmar que:

- a) Na apelação a defesa deve pedir a aplicação do redutor legal, eis que não houve qualquer menção de reincidência, mau antecedente, ou comprovação que ela se dedicasse ao tráfico de drogas ou se dedicasse a prática de crimes;
- b) Na apelação a defesa deve pedir a modificação do regime inicial: semiaberto caso mantida a pena em 05 anos e aberto caso aplicado o redutor.
- c) Na apelação deve a defesa pedir desclassificação para o crime de uso, eis que não chegou a ter venda.

- d) Na apelação a defesa deve pedir a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos na hipótese de ser aplicado o redutor legal.

46.Segundo a "teoria tripartida" e mais aceita, crime é:

- a) Fato típico, jurídico e culpável.
- b) Fato típico, antijurídico e ilícito.
- c) Fato ilícito, antijurídico e culpável.
- d) Fato típico, ilícito e culpável.

47.É correto afirmar:

- a) Não é possível a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permite.
- b) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige a constatação da reincidência específica.
- c) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.
- d) A imposição do regime fechado de cumprimento de pena é obrigatória em caso de reincidência.

48.São modalidades de culpa:

- a) Negligência, erro escusável e imperícia;
- b) Imprevisão, imprudência e negligência;
- c) Imperícia, imprudência e negligência;
- d) Dolo eventual, erro escusável e imprevisão.

49.Assinale a alternativa incorreta:

- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) Na legítima defesa, o agente responderá pelo excesso doloso ou culposos.

50.Acerca da prescrição, pode-se afirmar:

- a) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena máxima prevista para o delito, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

- c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a defesa, regula-se pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- d) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Constitui entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) Não cabe “habeas corpus” quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- b) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- c) No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- d) Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

52. Assinale alternativa INCORRETA acerca das provas no processo penal:

- a) Segundo previsão do Código de Processo Penal, se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, poderá determinar a exclusão do réu do ambiente virtual de audiência.
- b) No processo penal, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo, exceto no rito dos crimes dolosos contra a vida, em que a leitura de documento ou a exibição de objeto, durante o julgamento, somente será permitida se a juntada tiver ocorrido com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.
- c) O juiz não ficará adstrito ao laudo pericial.
- d) O exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Porém, na falta de perito oficial, admite-se a sua realização por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

53. Assinale a alternativa CORRETA acerca da Lei n. 11.343/2006:

- a) O flagrante diferido, entendido como a não atuação estratégica da polícia judiciária para identificar um maior número de integrantes da operação de tráfico de drogas, independe de autorização judicial nos casos em que, em razão da dinâmica dos fatos, a sua obtenção puder prejudicar finalidade do instituto.
- b) A audiência de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo de 30 dias seguintes ao recebimento da denúncia.
- c) As partes poderão arrolar até oito testemunhas.
- d) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto, não se admitindo prorrogações.

54. Assinale a alternativa CORRETA acerca da execução penal:

- a) O trabalho externo depende de autorização judicial.
- b) É assegurado o direito à saída temporária aos presos que cumprem penal pela prática de crime hediondo com resultado morte.
- c) O regime disciplinar diferenciado, cuja duração máxima não será superior a 2 anos, sujeitará o preso, entre outras restrições, a visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, não computados nesse número as crianças, com duração de quatro horas.
- d) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.

55. Assinale a assertiva CORRETA acerca da disciplina das provas no Código de Processo Penal:

- a) A vítima não poderá ser conduzida coercitivamente para prestar depoimento.
- b) O exame de corpo de delito é indispensável no caso de infrações que deixarem vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) O policial militar não poderá ser testemunha sobre fatos que envolvam a prisão em flagrante que tenha sido por ele realizada.
- d) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas. Apesar disso, no casos em que a obtenção de prova ilícita não resultar de má-fé da autoridade, ela poderá ser utilizada.

56. Assinale a opção correta:

- a) O simples fato de um acusado ser morador de rua, não possuindo residência fixa nem ocupação lícita, é motivo legal para a decretação da custódia cautelar.
- b) assiste, a cada um dos corréus, o direito de formular reperguntas aos demais corréus, que serão obrigados a respondê-las.
- c) A arbitrária recusa em permitir ao corréu a formulação de reperguntas qualifica-se como causa geradora de nulidade processual absoluta.
- d) O interrogatório judicial qualifica-se como ato de defesa do réu, que não é obrigado a responder a qualquer indagação feita pelo magistrado processante, porém poderá o Magistrado interpretar o silêncio em prejuízo da defesa.

57. Sobre o depoimento judicial de ascendente ou descendente do acusado, é correto afirmar:

- a) poderão se recusar a depor em qualquer caso;
- b) uma vez prestado o compromisso, pratica crime de falso testemunho se faltar com a verdade.
- c) são proibidos de depor como testemunha.
- d) não se deferirá o compromisso de dizer a verdade do que souber.

58. A sentença absolutória no juízo criminal impede o ajuizamento da ação civil para a reparação do dano quando o fundamento da absolvição consistir em

- a) não existir prova suficiente para a condenação.
- b) ocorrência de erro de proibição.
- c) não haver prova da existência do fato.
- d) estar provado que o réu não concorreu para a infração penal.

59.A prisão domiciliar prevista no Código de Processo Penal:

- a) pode ser imposta ao acusado do sexo masculino, desde que seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompleto;
- b) deve ser imposta à mulher mãe de filho de até 12 (doze) anos de idade, mesmo em caso de cometimento de crime contra seu filho ou dependente.
- c) não pode ser cumulada com outras medidas cautelares;
- d) é incompatível com os institutos da detração e remição da pena.

60.Acerca de dispositivos processuais penais presentes na Carta Magna, assinale a assertiva FALSA:

- a) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- b) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;
- c) conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém estiver sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. No caso de ameaça iminente ao citado direito, é hipótese de mandado de segurança.
- d) LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

61.O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou recentemente a ADI 3.943 que versa sobre tema de interesse da Defensoria Pública. Assinale a alternativa que corresponde à temática correta:

- a) possibilidade de atuar por Pessoa Jurídica
- b) desnecessidade de inscrição na OAB
- c) legitimidade para propor Ação Civil Pública
- d) nenhuma das alternativas anteriores

62.De acordo com a Lei Complementar Estadual 988/06 e jurisprudência é atribuição institucional:

- a) atuar nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, incluindo demanda eleitoral;
- b) atuar como Curador Especial nos casos previstos em lei, apenas em demandas cíveis
- c) promover a tutela individual, coletiva e difusa dos interesses do consumidor necessitado

- d) nenhuma das alternativas anteriores

63. Marcos Aparecido compareceu na Defensoria pretendendo ajuizar exoneração de alimentos em desfavor de seu filho que completou 18 anos. Ele declarou que tem renda mensal de R\$ 3.500,00, mas os alimentos descontam $\frac{1}{2}$ desse valor.

Nesta hipótese:

- a) trata-se de demanda urgente que tem prioridade no atendimento
- b) considera-se, nesse caso, a renda líquida, pois o desconto é o próprio objeto da demanda a ser proposta
- c) deverá obrigatoriamente ocorrer tentativa de conciliação antes do ajuizamento do processo
- d) nenhuma das alternativas anteriores

64. Sobre denegação de atendimento e análise financeira, marque a alternativa INCORRETA:

- a) é possível denegar atendimento quando o interessado se recusar a firmar declaração de pobreza;
- b) é possível quando o interessado se recusar a fornecer dados de seus parentes
- c) é possível quando o interessado ganhar tiver dez mil reais guardados
- d) nenhuma das alternativas anteriores

65. Em relação ao atendimento em Comarcas sem atuação da Defensoria Pública, marque a alternativa INCORRETA:

- a) os interessados podem comparecer até a unidade mais próxima de sua residência, a depender da demanda
- b) há o convênio OAB/SP e Defensoria para suprir ausência da Defensoria
- c) os interessados podem procurar o Ministério Público, a depender da demanda
- d) nenhuma das alternativas anteriores

66. Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo será integrado pelos seguintes membros, exceto:

- a) Defensor Público Geral
- b) Primeiro Subdefensor Público Geral
- c) Segundo Subdefensor Público Geral
- d) Terceiro Subdefensor Público Geral

67. Segundo a Lei Complementar Estadual 988/06, são direitos das pessoas que buscam atendimento na Defensoria Pública do Estado de São Paulo:

I) a participação nas diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento da fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, da atividade funcional e da conduta pública dos membros e servidores

II) informações precisas sobre a tramitação dos procedimentos

administrativos e dos processos judiciais em que figure como interessado

III) o acesso à Ouvidoria-Geral, encarregada de receber denúncias, reclamações ou sugestões

IV) qualidade na execução das funções, que exige dos membros ou servidores da Defensoria Pública urbanidade e respeito no atendimento às pessoas que buscam assistência na Defensoria Pública.

- a) estão corretos apenas os enunciados II, III e IV
- b) estão corretos apenas os enunciados II e IV
- c) estão corretos os enunciados I, II, III e IV
- d) estão corretos apenas os enunciados I, II e III

68.A Defensoria Pública do Estado de São Paulo:

- a) não atua na tutela do direito ambiental cuja atribuição é exclusividade do Ministério Público
- b) não pode atuar conjuntamente com o Ministério Público e com Associações em ações coletivas
- c) jamais atua com a Defensoria Pública da União, sob pena de sobreposição de atuações
- d) pode atuar como curadora especial, nos casos previstos em lei

69.São princípios institucionais expressos da Defensoria Pública previstos no art. 134 da CF/88:

- a) unidade, indivisibilidade e independência funcional
- b) unidade, indivisibilidade, imparcialidade e independência funcional
- c) unidade, indivisibilidade e identidade física do defensor, defensor natural
- d) unidade, indivisibilidade e defensor natural

70.Incumbem ao estagiário de direito, no exercício de suas atividades, exceto:

- a) o levantamento de dados, de conteúdo doutrinário ou jurisprudencial;
- b) O acompanhamento das diligências de que for incumbido;
- c) o atendimento ao público, fora dos limites da orientação que venha a receber;
- d) o controle da movimentação dos autos de processos administrativos ou judiciais, acompanhando a realização dos correspondentes atos e termos;